



# Estoque da dívida pública federal chega a R\$ 8,48 tri em novembro

## Governo devolve R\$ 2,8 bilhões a aposentados por descontos indevidos

Página 3

## Contas públicas têm déficit de R\$ 14,4 bilhões em novembro

Página 5

### Confira os feriados nacionais e pontos facultativos de 2026

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicou na terça-feira (30) portaria que estabelece feriados nacionais e pontos facultativos de 2026. Dos 10 feriados nacionais, apenas um cai no fim de semana – o da Proclamação da República, em 15 de novembro, um domingo.

As datas, segundo a publicação, devem ser observadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sem comprometimento das atividades públicas consideradas como serviços essenciais à população.

Página 4

## Trens e metrô terão nova tarifa a partir de 6 de janeiro, com valor abaixo da inflação



Foto: Divulgação/GOV.BR

Página 2

## Ano eleitoral não impede redução da jornada de trabalho, diz ministro

Página 5

## Ciclomotores elétricos exigirão placa e habilitação a partir de janeiro

Página 6

DÓLAR	
Comercial Compra: 5,48	Turismo Compra: 5,52
Venda: 5,48	Venda: 5,70
EURO	
Compra: 6,44	
Venda: 6,44	

## Esporte

# A temporada de Fórmula 1 de 2025 em números

Ao longo da temporada que acabou de terminar, os pneus da Pirelli para a Fórmula 1 percorreram quilômetros suficientes para dar oito voltas e meia ao redor do mundo. Desde o primeiro treino livre em Melbourne até a bandeira quadriculada em Abu Dhabi, os pneus produzidos pela empresa sediada em Milão percorreram uma distância total de 341.099 quilômetros.

Este número reflete uma das temporadas mais exigentes da história do campeonato, após o calendário ter sido ampliado para 24 corridas no ano passado. Nessas 24 circuitos, espalhados por cinco continentes, a Pirelli precisou entregar performance, confiabilidade e adaptabilidade em condições que variaram do calor extremo do deserto da Arábia ao frio intenso de Nevada.

A gama de pneus slick de 2025, formada por seis compostos, representou 96% da quilometragem total. Os dois compostos mais utilizados, confirmando sua versatilidade e importância estratégica, foram o C3 (93.493 quilômetros) e o C4 (91.595 quilômetros). Em segui-

da vieram o C5 (66.255 quilômetros), o C2 (35.012 quilômetros), o C6 (22.419 quilômetros) e o C1 (17.368 quilômetros). Os pneus para pista molhada cobriram os 4% restantes: 12.893 quilômetros com pneus intermediários e 2.064 quilômetros com full wets.

No total, os pneus completaram 67.094 voltas – com uma divisão semelhante entre pneus slick e pneus de chuva: 64.519 voltas com pneus para pista seca e 2.578 com pneus para pista molhada (cerca de 4%). Em todas as corridas, foram feitos 720 pit stops. O recorde foi no GP da Espanha, com 53 paradas em Barcelona. Miami teve o menor número de paradas nos boxes, com apenas 18.

O maior stint do ano foi do piloto da Haas Esteban Ocon que percorreu 303 quilômetros com um único conjunto de pneus C3 em Jeddah, o equivalente a 49 voltas. O francês também se destacou em Baku, percorrendo 294 quilômetros com um conjunto de pneus C4, confirmando suas habilidades na gestão de pneus.

Pierre Gasly, da Alpine, registrou o trecho mais longo com o C2, completando 251 quilômetros em Xangai, enquanto Lance Stroll,

da Aston Martin, percorreu 222 quilômetros com o C5 em Baku. Lando Norris, da McLaren, e Nico Hülkenberg, da Sauber, dirigiram por 194 quilômetros cada um com um conjunto de pneus intermediários em Silverstone. A utilização continua mais longa de full wets foi de 61 quilômetros durante o fim de semana em Las Vegas: 10 voltas cada para os dois pilotos da Aston Martin, bem como para Hülkenberg.

O número de conjuntos de pneus fornecidos pela Pirelli ao longo da temporada destaca a complexidade logística do nível mais alto do motorsport. Em 2025, as equipes tiveram acesso a 6.120 conjuntos de pneus para pista seca no total, incluindo 1.800 conjuntos de C5, 1.580 conjuntos de C4, 1.400 conjuntos de C3 e cerca de 1.900 pneus para pista molhada. O número de pneus atribuídos a cada carro, que varia de acordo com o formato do fim de semana, é definido de forma clara pelos regulamentos técnicos.

Como sempre, as temperaturas também influenciaram o comportamento dos pneus. A temperatura de pista mais alta registrada durante uma sessão foi de 58,2



Foto: Pirelli

Lewis Hamilton treina em Monza

graus Celsius em Jeddah durante o TL2, enquanto a temperatura do ar mais alta foi de 39,1 graus Celsius no Bahrein durante o TL1. As condições mais frias foram em Las Vegas, com 12 graus Celsius na pista e 11,8 graus Celsius no ambiente durante a classificação. Durante as corridas propriamente ditas, a temperatura máxima da pista foi de 55,2 graus Celsius em Spielberg, enquanto a temperatura do ar mais alta foi de 34,4 graus Celsius no Texas. As temperaturas mais baixas foram de 15 graus Celsius na pista em Las Vegas e 14,3 graus Celsius no

ambiente em Melbourne.

Os pneus P Zero da Fórmula 1 não foram os únicos pneus Pirelli a entrar na pista. O programa Pirelli Hot Laps, com supercarros equipados com pneus Pirelli nos circuitos de GP do mundo, foi realizado este ano em sete eventos. Os passageiros sortudos completaram 2.528 voltas em 32 sessões, utilizando 12 modelos de carros de sete fabricantes diferentes.

Ao volante estiveram 69 pilotos, desde estrelas atuais como Fernando Alonso, Max Verstappen, George Russell, Oscar Pi-

astri, Kimi Antonelli e Oliver Bearman, até jovens talentos emergentes como Paul Aron, Arthur Leclerc, Chloe Chambers e Jak Crawford. Ex-campeões mundiais e vencedores de corridas também participaram – incluindo Mika Häkkinen, Jenson Button, Ralf Schumacher e Pedro de la Rosa – ao lado de especialistas em resistência e GT: todos destacando a amplitude e o prestígio do programa.

Outro número significativo veio de uma iniciativa fora das pistas. Um pneu de exposição, doado pela Pirelli e autografado por vários pilotos de Fórmula 1, foi leiloado pela RM Sotheby's durante o último fim de semana de corrida, como parte da Semana do Colecionador de Abu Dhabi, alcançando US\$ 31.200. Toda a renda foi doada à fundação Make-A-Wish® UAE, que ajuda a realizar os sonhos de crianças que sofrem de doenças graves.

De temperaturas extremas e complexidade estratégica a desafios logísticos e ao programa Hot Laps, a temporada de 2025 destacou mais uma vez o papel crucial da Pirelli como parceira global da Fórmula 1.

# Barbara Estevo marcou pontos em sua estreia na Fórmula Delta



Foto: Jackson de Souza

Campeã sul-brasileira e catarinense e 3ª colocada na Copa Beto Carrero de Kart em 2025, a piloto Barbara Estevo iniciou no último final de semana sua transição do kartismo para o automobilismo. Em São Paulo, na "casa" da Fórmula 1 no Brasil, o lendário Autódromo de Interlagos, ela disputou a última etapa da Fórmula Delta.

Barbara Estevo

Categoria de monopostos tradicionalmente utilizada por kartistas para dar seus primeiros passos no automobilismo, a Fórmula Delta realizou as duas últimas corridas do ano.

E em sua estreia na categoria em que competirá na próxima temporada, Barbara Estevo teve um belo desempenho e conquistou seus primeiros pontos ao finalizar uma das provas em 7º após

largar da 12ª posição.

"Estrear em Interlagos por si só já é um momento único para qualquer piloto e comigo não foi diferente. Chegar no autódromo sabendo que eu ia correr foi emocionante", lembrou a piloto catarinense.

Barbara Estevo fez bons treinos e mostrou rápida adaptação ao novo desafio. E, após três dias de atividades em que participou da tomada de tempos e de duas

baterias, fez um balanço positivo de sua estreia na Fórmula Delta e no automobilismo.

"Fiquei muito feliz com todo o meu final de semana", avaliou. "Apesar do pouco tempo de atividades, consegui ter boa adaptação e evolução e fechei minha estreia marcando pontos. Que venha 2026, estou muito otimista para este novo desafio em minha carreira", finalizou.

# São Paulo chega a mais de 11 mil agressores de mulheres presos neste ano

## Trens e metrô terão nova tarifa a partir de 6 de janeiro, com valor abaixo da inflação

A tarifa básica do sistema metroferroviário metropolitano, que inclui trens e metrô, será reajustada de R\$ 5,20 para R\$ 5,40 a partir do dia 6 de janeiro. O aumento corresponde a 3,85%, percentual inferior à inflação do período, estimada em 4,46% pelo IPC-Fipe. Todas as gratuidades atualmente vigentes serão integralmente mantidas.

A atualização tarifária é resultado de uma análise criteriosa das despesas operacionais, que vêm registrando crescimento contínuo, especialmente em custos essenciais como energia, manutenção da frota, infraestrutura e folha de pagamento.

O objetivo do ajuste é garantir a eficiência, a segurança e a qualidade do serviço prestado à população, assegurando a continuidade da operação do sistema de transporte público metropolitano. Mesmo com o ajuste abaixo da inflação e para garantir este valor da tarifa, o Governo de São Paulo ainda aportará aproximadamente 5,1 bilhões no sistema metroferroviário.

Atualmente, o Governo do Estado mantém 7 obras em andamento, com investimento de R\$ 57 bilhões, voltadas à ampliação da malha de transporte e à construção de um sistema cada vez mais moderno, sustentável e inclusivo. (Governo de SP)

Mais de 11 mil agressores de mulheres foram presos neste ano pelas forças policiais de São Paulo, 4 mil delas apenas em operações especiais. Os esforços do Governo de São Paulo para combater a violência doméstica foram detalhados na terça-feira (30) após a quarta operação especial realizada sobre o tema em 2025, pela primeira vez com integração entre Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Políticas para a Mulher.

Apenas na operação Ano Novo, Vida Nova, que teve início na segunda (29), são ao menos 233 novos mandados cumpridos. “O número de prisões ainda vai subir. São pessoas condenadas

que descumpriram medidas cautelares. Quase 1,5 mil policiais envolvidos. Não vamos dar trégua. A defesa da mulher é prioridade”, disse o secretário de Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

A coordenadora de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), Cristiane Braga, detalhou o perfil dos presos. “Temos crimes de toda ordem, mas a maior incidência é crime de lesão corporal e descumprimento de medida protetiva, o que mostra um perfil de desrespeito a decisões judiciais. Com isso, evitamos que ele reincida em condutas mais graves. A maioria delas são convintes ou ex-convintes, mais jovens e já

condenados”, afirmou.

O balanço de 11 mil presos se refere ao acumulado de prisões até outubro, o que indica crescimento do número total até o fim deste mês.

As ações policiais integram a estratégia do Governo de São Paulo de enfrentamento permanente à violência contra a mulher, unindo ações repressivas, prevenção e políticas públicas de proteção. O objetivo é ampliar a segurança das mulheres, interromper ciclos de violência e assegurar o cumprimento rigoroso das decisões judiciais.

A secretária de Políticas para a Mulher, Adriana Liporoni, que também chefiou as DDMs, des-

taçou o papel da prevenção no combate à violência da mulher.

“São 142 delegacias da mulher em São Paulo. Em nenhum estado chega a 10% desse número. Aqui, as políticas são pioneiras. Temos DDM online que atende às mulheres em qualquer lugar do estado para fazer um boletim de ocorrência e pedir medida protetiva”, diz Adriana Liporoni.

A mobilização desta terça-feira envolveu todos os Departamentos de Polícia Judiciária do Interior e todas as seccionais do Departamento de Polícia Judiciária da Capital, com atuação direta das Delegacias de Defesa da Mulher. (Governo de SP)

## Prefeitura reforça o Protocolo ‘Não Se Cale’ durante Réveillon na Paulista

A Prefeitura realizará ampla ação do Protocolo “Não Se Cale” durante toda a programação do Réveillon na Avenida Paulista, a partir das 14 horas da quarta-feira (31), oferecendo atendimento especializado em sete tendas de acolhimento fixas e distribuídas ao longo da via.

Cada ponto de acolhimento contará com equipes formadas por psicólogos, assistentes sociais, orientadores jurídicos e profissionais capacitados para atendimento qualificado, humanizado e orientação imediata, com encaminhamento à rede de proteção da cidade. As equipes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da empresa Livre de Assédio atuarão de forma integrada e estruturada, garantindo atendimento contínuo e cobertura em toda a extensão do evento.

Mais de 150 profissionais atuarão na maior festa preparada para a virada de 2025 para 2026. Além disso, entrará em cena o uso de uma importante implementação de tecnologia de dados,

acionada por meio de QR Code. Esse sistema estará disponível em cartazes distribuídos em pontos estratégicos do evento, como banheiros, estruturas de apoio, corredores, estabelecimentos como bares e restaurantes e em todas as passagens e áreas de circulação do público.

O QR Code traz a mensagem: Protocolo “Não Se Cale”. Assédio ou violência contra mulheres e meninas: escaneie o QR Code e acione atendimento, garantindo respostas rápidas e qualificadas diante de situações de violência e violações de direitos. O objetivo é o enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas, assédio, racismo, LGBTfobia, xenofobia e outras formas de violência.

O recurso também orienta a localização das Tendas de Acolhimento e a denúncia de violações de Direitos Humanos, como racismo, LGBTfobia, xenofobia e outras formas de violência. A inteligência de dados foi desenvolvida pela organização Lab Secreto para atender à operação espe-

cial com agilidade e monitoramento no local.

A ação terá o reforço das ações da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Inspeção de Defesa da Mulher e Ações Sociais (IDMAS), com viaturas posicionadas próximas aos pontos de acolhimento.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, firmou parceria com a Prefeitura de São Paulo e disponibilizará o Ônibus “SP Por Todas” e a DDM Móvel – Delegacia da Defesa da Mulher. As unidades itinerantes oferecerão atendimento humanizado, orientação jurídica, com registros de boletins de ocorrência para casos de violência contra as mulheres, atendimento psicossocial e encaminhamento para a rede de proteção e defesa de direitos.

Segundo a secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Regina Santana, a presença da pasta no Réveillon reafir-

ma o compromisso da gestão do prefeito Ricardo Nunes com a proteção da população, especialmente das mulheres e meninas: “Teremos equipes especializadas distribuídas em sete pontos estratégicos da Avenida Paulista, atuando diretamente com o Protocolo ‘Não Se Cale’, oferecendo acolhimento imediato, orientação jurídica e encaminhamento à rede de proteção da cidade, além da atuação em casos de violações de Direitos Humanos, como racismo, LGBTfobia, xenofobia e outras formas de violência”, afirma.

Atendimento Além do atendimento presencial estruturado na Avenida, o público poderá acionar os canais nacionais Disque 100 (Direitos Humanos), Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) e o SP156 (Prefeitura de São Paulo). A organização Livre de Assédio atua na prevenção e no enfrentamento da violência e do assédio contra mulheres. (Prefeitura de SP)

## Governo mantém maior efetivo policial da história para a virada de ano nas praias paulistas



Estado mobiliza 4 mil policiais para patrulhamento no litoral.

O Governo de São Paulo leva o maior efetivo policial da história para o litoral durante a virada do ano. A medida faz parte da Operação Verão Integrada, um conjunto de ações em áreas diversas para preparar condições do litoral paulista durante o verão, período de maior fluxo de turistas. No âmbito da segurança, o Estado mobiliza 4 mil policiais e 436 viaturas.

Pela primeira vez, as ações da Operação Verão Integrada são intersetoriais e incluem, além da

segurança, as áreas de saúde, turismo, mobilidade, saneamento e Defesa Civil. Do total de efetivo policial, cerca de 2,8 mil policiais atuam na Baixada Santista e 861 no Litoral Norte. Além disso, há o apoio de 253 bombeiros e 147 policiais do Policiamento Rodoviário, ampliando a capacidade de resposta a ocorrências e atendimentos emergenciais nas estradas.

As forças de segurança contam com o apoio inédito de 150

drones usados para monitorar a orla do litoral do estado em 16 cidades. Os equipamentos são usados em áreas já mapeadas dentro de estudos de indicadores criminais feitos pela polícia e também de maior concentração de população para prevenir crimes e garantir a tranquilidade dos moradores e turistas durante a temporada.

O uso dos drones está integrado ao Muralha Paulista, programa do Governo de São Paulo que usa câmeras e outras tecnologias para o controle da mobilidade criminal. A estratégia do programa usa leitura automática de placas, reconhecimento facial e monitoramento em tempo real com o apoio de milhares de câmeras espalhadas pelo estado.

Ao menos 13 cidades do litoral sul e norte participam do programa Muralha Paulista, com cerca de 1,7 mil câmeras, parte delas com tecnologia de reconhecimento facial e leitura de placas, auxiliando na captura de foragidos e na recuperação de veículos.

O Governo de São Paulo deu início à Operação Verão Integrada no dia 20 de dezembro, em Bertioga. O investimento do Governo de São Paulo chega aos R\$ 55 milhões. Na parte da segurança, a operação contará ainda com helicópteros, jet skis e motos para patrulhar toda a orla do Litoral Norte e Sul, além de guarda-vidas para cuidar dos banhistas.

Na área da saúde, o governo do Estado destinou R\$ 53,9 milhões para reforçar a rede de assistência em saúde dos municípios. Os recursos são transferidos em parcela única do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e devem ser aplicados exclusivamente no custeio da assistência.

Nas travessias litorâneas, a frota foi ampliada de 29 para 40 embarcações e nas estradas que cortam o estado foram mobilizados mais de 1,2 mil agentes e 323 veículos, entre guinchos, carros de combate a incêndio e viaturas de apoio. (Governo de SP)

### CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



#### CÂMARA (São Paulo)

Veredores e veredoras que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### PREFEITURA (São Paulo)

O prefeito e o vice, que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [ano hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### GOVERNO (São Paulo)

O governador [vice judeu / judaísmo] que se identifica como cristão, está entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) e senadores(as) que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### PRESIDÊNCIA (Brasil)

O presidente [república] e o vice, que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### PARTIDOS (Brasil)

Dirigentes dos partidos políticos que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Éticas do Cristo

#### JUSTIÇAS (Brasil)

Profissionais das carreiras jurídicas que se identificam como cristãos, estão entrando no ano 2026 [hebraico / judaico 5786] ... os Tempos são do Criador, com Ações do Espírito Santo e as Justas Justiças do Cristo

#### ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

**APALAVRA** - “Te enches de água os seus sulcos, regulando a sua altura; tu a amoleces com a muita chuva; tu abençoas as tuas novidades; tu coras o ano da tua bondade, e as tuas veredas destilam gordura”; Salmos 65.10,11

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Publicidade Legal** Atus, Balanços e Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

#### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

## Roubos de celulares registram maior queda do ano no estado e na capital

Os esforços do Estado de São Paulo para coibir os roubos de celulares têm apresentado resultados expressivos. Em novembro, o indicador voltou a cair tanto no estado quanto na capital, na comparação com o mesmo mês de 2024. O período registrou a maior redução do ano, com quedas de 26% no território paulista e de 22% na cidade de São Paulo.

Com isso, o crime acumula 11 meses consecutivos de retração, evidenciando a eficácia das ações implementadas pela atual gestão, entre elas a criação de um sistema estadual pi-

oneiro de enfrentamento a esse tipo de delito: o SP Mobile.

No estado, foram contabilizados 6.829 roubos de celulares em novembro, contra 9.264 no mesmo mês de 2024. Na capital, os registros caíram de 5.501 para 4.286 ocorrências. No acumulado do ano, as quedas são de 17% no estado e de 14% na capital, o que representa mais de 18.321 crimes evitados em todo o território paulista, sendo 9.150 somente na cidade de São Paulo.

Desde janeiro, o indicador apresenta queda sistemática.

No primeiro mês de 2025, o estado registrava 9.396 roubos de celulares, sendo 5.415 ocorrências apenas na capital.

Os resultados demonstram que São Paulo avança no enfrentamento desse tipo de crime ao atuar não apenas na identificação e prisão dos autores diretos, mas também no combate à recepção. Neste ano, a atual gestão implantou um sistema estadual pioneiro – o SP Mobile, que prevê o envio de notificações a aparelhos com restrição criminal que voltam a ser ativados. A iniciativa, realizada em parceria com

as operadoras de telefonia, possibilitou, entre junho e novembro, a recuperação de 15,9 mil celulares, dos quais 5,4 mil já foram devolvidos às vítimas.

Além disso, a capital conta com a Operação Mobile, que desde 2023 já resultou na recuperação de mais de 80 mil celulares e na prisão de 1,2 mil criminosos. Soma-se a esse esforço a Operação SP Mobile, com foco nos receptores, que já teve quatro fases, resultando na apreensão de mais de 38 mil aparelhos para pericia e posterior restituição. (Governo de SP)



# Ampliação do número de carteiras assinadas é sustentada, diz IBGE

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado do Brasil cresceu 2,6%, com a inclusão de 1 milhão de trabalhadores, no trimestre encerrado em novembro, número recorde, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na terça-feira (30) pelo IBGE.

Com o resultado, que não inclui trabalhadores domésticos, são 39,4 milhões de empregados nesta condição. Desse total, 13,1 milhões são do setor público, também um número recorde, com avanço de 1,9% ou mais 250 mil pessoas no trimestre e de 3,8% no ano com mais 484 mil pessoas.

Para a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, apesar de especificamente não ter sido uma variação estatisticamente significativa, a trajetória por si só, garantiu chegar ao fim deste trimestre com o contingente de 39,4 milhões de pessoas, o que representa um número recorde para a série carteira assinada no setor privado.

"Embora não significativa, sempre vem acrescentando carteira no cômputo geral, ou seja, é um movimento que foi sustentado ao longo de 2024 e agora para 2025", comentou entrevista virtual à imprensa para apresentação dos dados da Pnad Contínua.

No mesmo trimestre, o número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado também mostrou estabilidade no trimestre e atingiu 13,6 milhões. O total representa recuo de 3,4% ou menos 486 mil pessoas no ano.

Já os trabalhadores por conta própria alcançaram 26 milhões, o que é o novo recorde da série histórica. Se comparado ao trimestre anterior, embora tenha



Foto: Marcelo Casar/IBGE

ficado estável, o contingente aumentou 2,9% ou mais 734 mil pessoas no ano.

"O trabalho por conta própria chega à marca inédita de 26 milhões, a maior estimativa da série histórica da pesquisa. A despeito da variação trimestral não ter ocorrido e ter ficado no campo da estabilidade, a expansão continuada assegurou o atingimento desse volume de trabalhadores por conta própria", disse.

## Informalidade

O recorde no número de trabalhadores com carteira assinada no trimestre encerrado em novembro foi motivo para a variação negativa da taxa de proporção de trabalhadores informais na população ocupada.

O número de pessoas nesta situação ficou em 37,7% da população ocupada ou 38,8 milhões de trabalhadores informais. No período anterior terminado em agosto tinha ficado em 38,0% ou 38,9 milhões. É também menor que os 38,8% ou 39,5 milhões, registrados no trimestre encerrado em novembro de 2024.

A coordenadora ressaltou, o que classificou de quadro interessante, ao verificar o quanto a população ocupada total cresceu e quanto dessa parcela da população está na informalidade. "O ramo informal não apenas não

cresceu como retraiu. Isso faz um movimento de perda de força do ramo informal, pontuou.

Adriana Beringuy destacou que parte expressiva dos 601 mil trabalhadores que entraram para a população ocupada no trimestre foi justamente no segmento da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que cresceu 2,6%, ou 492 mil pessoas ocupadas a mais. Neste segmento, ainda que tenha contratos temporários, o da educação não é considerado informal e tem legalidade constituída e assegurada, explicou a coordenadora.

Ela disse também que os segmentos informais são compostos por emprego sem carteira no setor privado, trabalho doméstico sem carteira assinada, conta própria e empregador sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar. "Quando a gente soma todas essas parcelas populacionais, chega ao valor de 38 milhões 817 mil pessoas consideradas ocupadas e formais, antes eram 38.878, ficou praticamente estável".

No trimestre encerrado em agosto, a taxa de desocupação ficou em 5,2% da força de trabalho do país, ou 5,6 milhões de pessoas em busca de trabalho, sendo a menor desde 2012, quando começou a série histórica da

Pnad Contínua. Desde o trimestre encerrado em junho de 2025, que o indicador vem mostrando, sucessivamente, menores taxas da série.

## Rendimentos

Outro recorde no trimestre terminado em novembro, foi o rendimento médio real habitual da população ocupada do Brasil que atingiu R\$ 3.574, com alta de 1,8% no trimestre e de 4,5% em relação ao mesmo trimestre móvel de 2024, já descontados os efeitos da inflação.

O avanço de 5,4% no rendimento médio dos trabalhadores em Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas puxou este recorde. Conforme a Pnad Contínua, se comparado anualmente, houve ganhos em cinco atividades: Agricultura e pecuária (7,3%), Construção (6,7%), Informação, Comunicação e Atividades Financeiras (6,3%), Administração pública (4,2%) e Serviços domésticos (5,5%).

Com o desempenho do rendimento médio e do número de trabalhadores, a massa de rendimento real habitual também atingiu novo recorde. "R\$ 363,7 bilhões, com altas de 2,5% (mais R\$ 9,0 bilhões) no trimestre e de 5,8% (mais R\$ 19,9 bilhões) no ano", informou o IBGE.

## Pesquisa

De acordo com o IBGE, a Pnad Contínua é a principal pesquisa sobre a força de trabalho do Brasil e abrange 211 mil domicílios, espalhados por 3.500 municípios e visitados a cada trimestre. "Cerca de dois mil entrevistadores trabalham nesta pesquisa, integrados às mais de 500 agências do IBGE em todo o país". (Agência Brasil)

## Brasil cria 85,8 mil vagas de trabalho em novembro

O Brasil gerou 85.864 postos de trabalho no mês de novembro, resultado de um total de 1.979.902 admissões e 1.894.038 desligamentos.

Os dados fazem parte do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na terça-feira (30) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

## Acumulado

Os números mostram que, no acumulado de janeiro a novembro de 2025, foi verificado um saldo positivo de 1.895.130 postos de trabalho, decorrentes de 25.055.514 admissões e 24.160.384 desligamentos.

Desse total de 1.895 milhão, 1.462 milhão eram postos de trabalho típicos e 434 mil eram não típicos.

São considerados não típicos os trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários, contratados por CAEPF e com carga horária até 30 horas.

Ainda de acordo com o novo Caged, no acumulado dos últimos 12 meses (dezembro de 2024 a novembro de 2025), o saldo positivo é de 1.339.878 postos de trabalho, montante menor que o saldo observado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024 (1.781.293 postos). (Agência Brasil)

## Brasil tem maior percentual de empresas zumbis entre 25 emergentes

O Brasil tem o maior percentual de empresas zumbis, aquelas que se mantêm ativas apesar de não conseguirem pagar os juros das suas dívidas, entre 25 países emergentes.

É o que mostra um estudo publicado pela Revista Brasileira de Finanças, que avaliou o comportamento de empresas abertas entre 2002 e 2021. A conclusão é que, durante esse período, 13,9% delas apresentaram comportamento zumbi, uma proporção bem acima da média dos emergentes, de 5,49% das empresas listadas.

As zumbis, definição criada pelo economista Edward Kane nos Estados Unidos nos anos 80, são companhias incapazes de gerar lucros suficientes para cobrir o serviço das suas dívidas, o que as leva à necessidade de refinanciamento ou emissão de novos passivos.

Em outras palavras, estão quase mortas, mas se mantêm vivas de forma artificial através de ajuda externa, como acesso a crédito, leis de falência brandas ou juizes que favorecem a continuidade de suas operações mesmo que estejam em uma situação limite do ponto de vista financeiro.

"São empresas improdutivas, mortas vivas, que já deveriam ter saído do mercado por um processo evolutivo normal, mas encontram recursos para sobreviver por aparelhos", define Granzotto, pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria e um dos autores do estudo.

Além de Granzotto, o estudo foi realizado pelos pesquisadores Igor Bernardi Sonza, também da Universidade Federal de Santa Maria, Guilherme Kirch, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Wilson Nakamura, do Mackenzie.

O fato de as zumbis encontrarem terreno fértil no Brasil pode ser explicado pela elevada taxa de juros brasileira, que encarece os financiamentos e torna mais difícil quitá-los. "Quanto mais altos os juros, maior a fração de empresas zumbis nos países, e o Brasil possui a maior taxa", diz Granzotto.

Ele lembra que o Brasil também possui um baixo índice de execução de dívidas, o que ajuda a dar sobrevida às zumbis.

"As estatísticas mostram que, antes da Lei de Falências, a cada dólar o credor conseguia recuperar apenas 2 centavos. Depois da nova legislação, passou a recuperar de 12 a 20 centavos de dólar, mas é um percentual ainda baixo perto de países como os Estados Unidos, onde o credor consegue recuperar entre 75 a 90 centavos de dólar".

Depois do Brasil, os países com maior percentual de zumbis são a Malásia (11,8% das empresas listadas), Turquia (11%), Índia (10,49%) e Filipinas (9,6%). Os pesquisadores consideraram o período entre 2002 e 2021 para encontrar o percentual de empresas que podem ser consideradas zumbis entre os emergentes que fazem parte do índice MSCI Emerging Markets. Os dados usados são da S&P Global Capital IQ e Economatica.

Para determinar quais empresas se encaixam na definição, os pesquisadores avaliaram dois aspectos: se o lucro delas não consegue cobrir as despesas financeiras e se há uma chance considerada significativa, segun-

do parâmetros definidos pela literatura econômica, de entrarem em falência.

O levantamento levou em consideração as companhias que apresentaram esses comportamentos pelo período de três anos.

Os 13,9% são a média desses 20 anos, mas quando se olha em períodos específicos, o percentual vem crescendo: em 2002, o Brasil tinha uma proporção de 10,32% de empresas zumbis entre as empresas abertas; em 2021, esse peso cresceu para 17,94%.

O aumento segue uma tendência mundial de alta no número dessas companhias, que está relacionada a uma série de recessões econômicas: a crise asiática em 1990, a bolha da internet no início dos anos 2000, a crise do subprime em 2008 e a pandemia de Covid-19 em 2020 são algumas delas.

"Toda a crise que houve nas últimas décadas foi propulsora do crescimento de empresas zumbis", diz Granzotto.

Ele aponta que há uma série de problemas decorrentes do alto percentual de empresas zumbis no mercado. "Elas investem menos, pagam menos dividendos e inovam menos. Ainda são menos produtivas, o que reduz o produto de qualidade pior", diz Granzotto. "Isso respinga na competitividade e na qualidade dos produtos."

Um outro estudo sobre empresas zumbis no Brasil publicado neste ano, apresentado pelo economista Caio Szumanski como trabalho final de mestrado em economia e finanças na FGV (Fundação Getúlio Vargas), aponta que as zumbis investem 25% menos.

O levantamento, que estudou o período entre 2010 e 2024, avalia que há uma discrepância significativa entre a incidência de empresas zumbis e o número de pedidos de recuperação judicial, o que sugere que muitas sobrevivem "por aparelhos".

"Enquanto diversas empresas apresentaram sinais claros de fragilidade, relativamente poucas ingressaram no regime judicial, sugerindo que muitas permanecem em funcionamento por meio de mecanismos que postergam sua insolvência formal", diz o estudo. Para Szumanski, esse cenário é compatível com o chamado "zombie lending" (empréstimo zumbi), onde as instituições financeiras renavam dívidas de empresas inviáveis para evitar o reconhecimento de perdas, prolongando artificialmente sua sobrevivência.

O estudo aponta que a pandemia de coronavírus intensificou as vulnerabilidades das empresas zumbis, que conseguiram alongar o prazo das suas dívidas no período de crise.

"Em conjunto, as evidências indicam que as zumbie firms comprometem investimentos, elevam custos financeiros e fragilizam a dinâmica competitiva, representando riscos sistêmicos para a alocação de crédito, a eficiência setorial e a resiliência da economia brasileira", diz Szumanski no estudo.

A solução para o problema, diz Granzotto, passa pela redução da taxa de juros e também pela necessidade de reavaliação da Lei de Falências brasileira.

"É preciso avaliar o quão eficiente é nosso mecanismo legal, colocando incentivos para que as partes interessadas possam executar suas dívidas." (Folha Press)

## Petroleiros do Norte Fluminense suspendem greve após 16 dias

Em assembleia realizada na terça-feira (30), os petroleiros do Norte Fluminense decidiram suspender a greve que já durava 16 dias e aceitar a recente contraproposta da Petrobras referente ao Acordo Coletivo de Trabalho. A categoria seguiu o indicativo de fim da greve apresentado pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), maior entidade representativa da categoria no país, filiada à Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Foi aprovada também durante a assembleia a manutenção do estado de assembleia permanente

te e do estado de greve, visando assegurar o cumprimento pela Petrobras das cartas-compromissos encaminhadas ao sindicato. Os petroleiros aprovaram ainda o desconto assistencial ao sindicato, correspondente a 1% do salário líquido, a ser aplicado em três parcelas.

## "Melhor caminho"

Na avaliação do coordenador-geral do Sindipetro-NF e diretor da FUP, Sérgio Borges, a aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho e a suspensão da greve, com manutenção do estado de greve e da assembleia per-

manente, "é o melhor caminho neste momento". "Apresentamos o indicativo, votamos e a decisão da assembleia é soberana", disse.

Segundo Borges, a contraproposta da Petrobras representou avanços importantes. "Essa greve mostrou, mais uma vez, que a luta organizada traz resultados concretos. A mobilização iniciada no dia 15 garantiu avanços importantes no acordo e compromissos fundamentais da empresa com demandas históricas do Norte Fluminense".

Entre as principais conquistas, destaque para avanços na

cláusula da folga suprimida e a garantia de que não haverá punições, transferências ou mudanças de regime para os grevistas.

"Também conquistamos a neutralização de dias de greve, o pagamento do dia de desmobilização como hora extra, a criação do Auxílio Mercado e a complementação do Auxílio Deslocamento", disse o diretor da FUP. "Mesmo com pontos ainda em aberto, saímos dessa campanha mais fortes, organizados e com conquistas que só foram possíveis graças à mobilização da categoria", acrescentou. (Agência Brasil)

## Governo devolve R\$ 2,8 bilhões a aposentados por descontos indevidos

O governo federal ressarcir R\$ 2.820.799.182,93 às vítimas de descontos irregulares de mensalidades cobradas por associações, sindicatos, entidades de classe e organizações em benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O valor foi divulgado na segunda-feira (29), no último balanço realizado pelo instituto, com base nos dados registrados até 26 de dezembro.

O total ressarcido atende 4.137.951 solicitações de contestação apresentadas por aposentados e pensionistas que questionaram os descontos irregulares.

## Pedidos abertos

De acordo com o balanço do INSS, ao todo foram abertos 6.362.898 pedidos de contestação de descontos indevidos. Deste total, 6.231.376 são contestações de beneficiários que não reconheceram os descontos feitos pelas entidades associativas. Apenas em 131.522 pedidos

abertos houve reconhecimento da autorização para os respectivos descontos de mensalidades.

Ao todo, 44 entidades foram contestadas pelo governo federal a prestar informações sobre os descontos em benefícios do INSS. Do total de pedidos de apuração, as entidades responderam com documentação a 1.592.421 pedidos.

## Canais de atendimento

De acordo com o balanço, o canal de atendimento mais buscado pelos beneficiários e pensionistas para contestar os descontos foi o Meu INSS (aplicativo ou site): com 3.440.069 pedidos ou 54,1% do total.

Em segunda posição, está a central telefônica 135, com 419.924 pedidos (6,6%), seguida pelo atendimento prestado em agências dos Correios (2.259.424 pedidos, 35,5%). Por fim, estão os pedidos abertos de ofício: 243.239 (3,8%).

Em novembro, o governo fe-

deral prorrogou o prazo de contestação para 14 de fevereiro de 2026. Vale lembrar que a adesão ao acordo de ressarcimento administrativo pelo governo federal vale para descontos realizados entre março de 2020 e março de 2025. O acordo evita a necessidade de ação judicial.

## Como contestar

Quem ainda não contestou os descontos poderá fazê-lo de três formas:

Aplicativo ou site Meu INSS, clicando em serviço Consultar Descontos de Entidades Associativas;

Central 135: ligação telefônica gratuita, de segunda a sábado, das 7h às 22h;

Correios: mais de 5 mil agências oferecem atendimento assistido e gratuito.

No aplicativo Meu INSS é preciso fazer login na conta Gov.br.

Ao clicar em "Não autorizei o desconto", o beneficiário registra a contestação, e a entidade tem

# Confira os feriados nacionais e pontos facultativos de 2026

## Dívida do Governo Geral sobe para 79% do PIB em novembro

A dívida bruta do Governo Geral subiu para 79% do Produto Interno Bruto (PIB) em novembro. Em outubro, ela estava em 78,4%, informou na terça-feira (30) o Banco Central (BC).

O Governo Geral é constituído pelos governos federal, estaduais e municipais, além do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"Essa elevação decorreu, sobretudo, dos juros nominais apropriados (0,7 p.p.), das emissões líquidas de dívida (0,4 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.)", detalhou a au-

toridade monetária.

A dívida líquida do setor público alcançou 65,2% do PIB em novembro, resultado que representa alta de 0,5 pontos percentuais (p.p.), tendo como referência o PIB no mês.

"Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (0,7 p.p.), da valorização cambial de 0,9% no mês (0,1 p.p.), do déficit primário (0,1 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,1 p.p.)", justificou o Banco Central. (Agência Brasil)

## Programa conclui formação de 109 mil agentes de saúde em todo país

O Ministério da Saúde anunciou na segunda-feira (29) a conclusão da formação de 109 mil Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) vinculados à 2ª turma do programa Mais Saúde com Agente. Os profissionais já atuam em 5,2 mil municípios em todas as 27 unidades federativas do país.

"A iniciativa promove o fortalecimento da atuação dos profissionais na Atenção Primária e na Vigilância em Saúde, além de oferecer cuidado mais humanizado e próximo às comunidades. O Mais Saúde com Agente é o maior programa de formação técnica na área de saúde do país", destacou a pasta, em nota.

Ao todo, a qualificação abrangeu 81 mil Agentes Comunitários de Saúde, que são aqueles responsáveis pela atenção primária das famílias em suas comunidades, e outros 28 mil Agentes de Combate às Endemias, que atuam na prevenção e controle de doenças como dengue, zika e chikungunya, visitando casas e

terrenos para identificar e eliminar focos do mosquito Aedes aegypti.

O Ministério da Saúde detalhou que mais de 12 mil profissionais participaram do processo, como tutores, preceptores e assistentes locais e regionais. O Mais Saúde com Agente teve formato semipresencial e carga horária de mais de 1,2 mil horas com duração de dez meses, segundo a pasta. Nesta segunda turma do programa, os cursos incluíram novas disciplinas relacionadas à equidade e ao combate às desigualdades, focando em aperfeiçoar o acolhimento à população.

O Mais Saúde com Agente é uma ação do Ministério da Saúde, realizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da pasta, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e as Escolas de Saúde do SUS. (Agência Brasil)

## Bahia registra sete casos suspeitos de intoxicação por metanol

A Secretaria da Saúde da Bahia informou que sete pessoas foram internadas no Hospital Geral Santa Tereza, no município de Ribeira do Pombal, com suspeita de intoxicação por ingestão acidental de metanol.

Em nota, a secretaria destacou que os sete pacientes permanecem acolhidos e em observação, com assistência médica em andamento. "Os protocolos assistenciais foram acionados", completou. Não foram divulgadas informações sobre o estado de saúde dos pacientes.

Ainda segundo o comunicado, a apuração das causas foi iniciada, com participação do Centro de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde (Cievs-Ba), do Centro de Informações Toxicológicas da Bahia (Ceatox-Ba), da vigilância sanitária estadual e municipal, da Polícia Civil e do Departamento de Polícia Técnica.

"Serão realizados exames laboratoriais. Caso necessário, será administrado antídoto específico", concluiu a secretaria.

Entre 26 de setembro e 5 de dezembro de 2025, foram registradas 890 notificações relacionadas à intoxicação por metanol no Brasil. Do total de casos, pelo menos 73 foram confirmados e 29 permanecem como suspeitos até o início de dezembro.

Os estados mais afetados foram São Paulo (578 casos notificados; 50 confirmados); Pernambuco (109 casos notificados; oito confirmados); Paraná (seis confirmados); Mato Grosso (seis confirmados); Bahia (dois confirmados); e Rio Grande do Sul (um confirmado).

Foram confirmados, ao todo, 22 óbitos por intoxicação por metanol, sendo 10 em São Paulo; três no Paraná; cinco em Pernambuco; um na Bahia e três em

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicou na terça-feira (30) portaria que estabelece feriados nacionais e pontos facultativos de 2026. Dos 10 feriados nacionais, apenas um caiu no fim de semana — o da Proclamação da República, em 15 de novembro, um domingo.

As datas, segundo a publicação, devem ser observadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sem comprometimento das atividades públicas consideradas como serviços essenciais à população.

A lista inclui dez feriados nacionais e nove pontos facultativos abrangendo datas tradicionais do calendário cívico e religioso brasileiro, além de períodos de organização do funcionamento administrativo, como carnaval e as vésperas de Natal e ano novo.

A portaria estabelece ainda que feriados em comemoração à data magna do estado, fixada em lei estadual, e os dias de início e término do ano do centenário de fundação do município, declara-

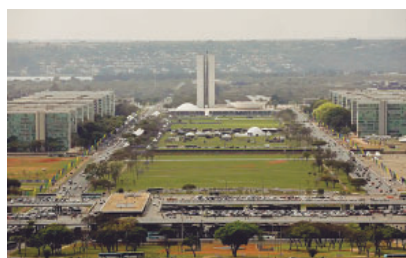


Foto: Jéssica Almeida/Agência Brasil

dos em lei municipal, serão observados por repartições da administração pública federal direta, autárquica e fundacional nas respectivas localidades.

"Não será permitido aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal antecipar ponto facultativo em discordância com o que dispõe a portaria. Também está vedado adotar ponto facultativo estabelecido pela legislação estadual, municipal ou distrital, ressalvados os feriados em comemoração à

data magna do estado."

Confira o calendário de feriados nacionais e pontos facultativos em 2026:

1º de janeiro, Confraternização Universal (feriado nacional); 16 de fevereiro, carnaval (ponto facultativo); 17 de fevereiro, carnaval (ponto facultativo); 18 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas (ponto facultativo até as 14h); 3 de abril, Paixão de Cristo (feriado nacional);

20 de abril (ponto facultativo);

21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);

1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

4 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);

5 de junho (ponto facultativo);

7 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);

12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

28 de outubro, Dia do Servidor Público Federal (ponto facultativo);

2 de novembro, Finados (feriado nacional);

15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);

20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (feriado nacional);

24 de dezembro, Véspera do Natal (ponto facultativo após as 13h);

25 de dezembro, Natal (feriado nacional); e

31 de dezembro, Véspera do Ano Novo (ponto facultativo após as 13h). (Agência Brasil)

## Montadoras investem em carros com grande potencial de vendas para crescer em 2026

O Salão do Automóvel de São Paulo, realizado em novembro, revelou alguns dos automóveis que serão lançados em 2026, a maioria de origem chinesa. Após o evento, outros modelos foram anunciados, com destaques para as marcas que atuam no Brasil há mais tempo.

Será uma disputa pesada em meio a um mercado que cresce pouco. Até novembro, foram emplacados 2,28 milhões de carros de passeio e comerciais leves no país, uma alta de apenas 1,82% sobre o mesmo período de 2024, segundo a Fenabrev (associação dos distribuidores).

Em busca de volume e de rentabilidade, as montadoras que fabricam carros e componentes no país investem nos segmentos de entrada. A GM vai lançar o compacto Chevrolet Sonic Cupê, que vai concorrer com Volkswagen Tera, Renault Kardian e Fiat Pulse na faixa de preço que começa em R\$ 100 mil.

Embora tenha porte de hatch, o novo modelo será tratado como um SUV, da mesma forma que ocorre com seus rivais diretos. A apresentação deve ocorrer no primeiro trimestre de 2026, sempre com motorização 1.0 flex, seja com ou sem turbo.

Em nota, a pasta informou que o último caso confirmado foi registrado em 26 de novembro de 2025 e era relativo a uma pessoa que apresentou os primeiros sintomas no dia 23 do mesmo mês.

"Com a redução expressiva de novos casos e óbitos, o ministério considera que um cenário de estabilidade epidemiológica está consolidado", destacou o comunicado.

Ainda de acordo com a pasta, todos os estados contam atualmente com estoque garantido de antídotos e maior capacidade de realizar diagnósticos.

"Agora, a assistência e o acompanhamento voltam ao fluxo rotineiro da vigilância de intoxicações exógenas, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)".

A sala de situação foi instalada no dia 1º outubro, poucos dias após o surgimento dos casos iniciais de intoxicação por metanol, e reuniu representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Eberhr), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), entre outros.

Também participaram os ministérios da Agricultura e Pecuária e da Justiça e Segurança Pública, responsáveis por ações de controle e investigação. (Agência Brasil)

Outro carro de alto volume que estreia em 2026 é o Fiat Panda. Será a principal novidade da marca no ano em que completará 50 anos de atuação no Brasil. Além de trazer o novo estilo da montadora italiana, esse compacto pode ter uma versão 100% elétrica para disputar mercado com os chineses.

A Jeep também entra na lista de candidatos a top 10 em vendas com o Avenger, SUV que compartilha plataforma com o Peugeot 2008. As empresas fazem parte do grupo Stellantis, bem como Fiat, Citroën e RAM.

O jipinho urbano será produzido em Porto Real (RJ), com lançamento previsto para o meio do ano. Espera-se que alcance o mesmo sucesso que tem feito no mercado europeu. No Brasil, seus preços sugeridos devem começar em R\$ 120 mil.

A estratégia da Jeep inclui a chegada de versões híbridas dos SUVs Renegade, Compass e Commander. O braço americano do grupo Stellantis terá ainda a picape RAM Dakota, que divide plataforma com a Fiat Tiano.

Na japonesa Toyota, a principal novidade estreia em fevereiro e já tem preço. Será o SUV compacto Yaris Cross, que vai

custar a partir de R\$ 161.390. A chegada foi atrasada pelo vendaval que, em setembro, destruiu sua fábrica de motores, em Porto Feliz (interior de São Paulo).

A marca terá ainda o GR Yaris no Brasil, hatch esportivo com tração integral e 300 cv de potência. As vendas terão início em abril, com valores que devem ficar acima de R\$ 300 mil.

A Honda também aposta na esportividade para chamar a atenção em 2026. A nova geração do Prelude virá com a mesma motorização híbrida disponível no sedã médio Civic.

Com estreia prevista para o segundo semestre, o cupê tem potência combinada de 203 cv. Seu preço também deve se aproximar dos R\$ 300 mil.

Na alemã Volkswagen, o primeiro lançamento confirmado para 2026 é o SUV médio Tiguan, que trará um novo desenho frontal e mais conectividade. Importado do México, o modelo deve ser novamente equipado com o motor 1.4 turbo flex de 150 cv.

Versões híbridas flex de diferentes carros da marca também chegarão às lojas no próximo ano, mas a empresa ainda não divulgou as datas de estreia.

A combinação de gasolina, etanol e eletricidade também estará presente entre as marcas chinesas, com destaque para a BYD.

A montadora vai lançar o Song Pro reestilizado com essa tecnologia. Uma unidade já foi exibida em Belém (PA) durante a COP30, mas a montagem em Camaçari (BA) com peças importadas da China só vai ganhar escala no próximo ano.

O grupo Caoa prepara novidades das marcas Changan e Chery. Enquanto a primeira estreia com os elétricos Avatr, a segunda vai iniciar as vendas do Tiggo 5X reestilizado.

Montado em Anápolis (GO) e com lançamento aguardado para o primeiro trimestre, o 5X manterá o motor 1.5 turbo flex (150 cv) nas versões mais em conta, que hoje partem de R\$ 129.990. Haverá também uma nova opção híbrida, cujos dados técnicos ainda não foram revelados.

A onda chinesa segue com os novos carros já anunciados pelas marcas GWM, Geely, MG, Jepp, Omada GAC, Leapmotor e Zeekr. Juntas, trarão mais de 20 modelos ao Brasil, acirrando a disputa em um mercado que cresce timidamente. (Folhapress)

## Lula deve se manter distante da crise do Master, apesar do apoio a Galípolo

Aliados do presidente Lula (PT) afirmam que ele não deverá intervir nem se manifestar sobre o escândalo que tem como pivô o ex-banqueiro Daniel Vercorac, do Banco Master. Esses colaboradores de Lula evocam a autonomia do Banco Central para argumentar que essa não é uma pauta do governo.

Apesar do apreço pessoal de Lula pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e do apoio a medidas saneadoras da economia, a avaliação é ainda a de que o Executivo não deve se envolver diretamente, especialmente em um processo já em curso no STF (Supremo Tribunal Federal).

O banco contratou o escritório de familiares do ministro Alexandre de Moraes por R\$ 3,6 milhões mensais para auxiliar na defesa dos interesses da instituição, de acordo com o jornal O Globo, o que gerou debates sobre potenciais conflitos de

interesse. Essa seria também outra razão pela qual Lula tem sido aconselhado a não intervir no caso.

Essa avaliação de aliados de Lula destoa da opinião de integrantes da equipe econômica, que citam os valores vultuosos da fraude atribuída ao Master, para defender enfaticamente a liquidação do banco.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a afirmar, no dia da liquidação, que o ministério está pronto para colaborar com o Banco Central. Ele afirmou, porém, que não comentaria a decisão por se tratar de assunto delicado e da alçada da autoridade monetária.

"O Banco Central é o regulador do sistema financeiro e eu tenho certeza que, para ter chegado a esse ponto, todo o processo deve estar muito robusto", afirmou o ministro.

"O que cabe à Fazenda é dar suporte para as consequências desse ato [e], se houver [necessi-

dade], nós estamos aqui prontos para colaborar."

Em mais um capítulo do processo que levou à liquidação da instituição financeira, a Polícia Federal tomou na terça-feira (30) depoimentos de Vercorac e do ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa sobre a tentativa frustrada de venda do banco.

Embora não seja investigado no inquérito, a PF também ouvirá o diretor de fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino. Após essa etapa inicial será decidido se haverá uma acareação entre os três. A audiência foi determinada pelo ministro Dias Toffoli, do STF.

A liquidação do Master foi decretada no dia 18 de novembro após Vercorac falar ao BC que tinha um plano de reestruturação e que tinha encontrado um comprador para o banco: a Fictor, empresa pouco conhecida no setor, em conjunto com investidores dos Emirados Ára-

bes cuja identidade nunca foi revelada.

O processo no qual ocorreria a acareação é sigiloso. Desde o começo de dezembro, diligências e medidas ligadas à investigação sobre o Master e Vercorac têm que passar pelo crivo de Toffoli, por decisão do próprio magistrado.

A investigação sobre a tentativa de venda do Master apontou que, antes mesmo da formalização do negócio, o banco teria forjado e vendido cerca de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito consignado para o BRB R\$ 6,7 bilhões em contratos falsos e R\$ 5,5 bilhões em prêmios, o valor que supostamente a carteira valeria, mais um bônus.

Além da liquidação do Master, o escândalo levou Vercorac, seu controlador, à prisão. Após 12 dias na cadeia, ele foi liberado, mas segue monitorado por tornozeleira eletrônica. (Folhapress)





# Ciclomotores elétricos exigirão placa e habilitação a partir de janeiro

Ela está lá logo na entrada do hipermercado como uma solução barata de deslocamento e mobilidade custa a partir de R\$ 5.000. O vendedor tenta lhe convencer de que aquele modelo é uma bicicleta elétrica sem pedal. Mas não é. Nem brinquedo.

A partir do próximo dia 1º de janeiro, entra em vigor uma resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito), de junho 2023, com uma série de regras para ciclomotores elétricos, como aqueles vendidos até em supermercados. Entre outros, terão de ser emplacados, e os condutores precisarão de carteira de habilitação.

Quem circular com scooters ou chinesinhas, como eles também são chamados, sem placa de identificação, comete infração gravíssima de trânsito, com multa de R\$ 293,47, com 7 pontos na CNH (Carteira Nacional de Habilitação). O veículo ainda é apreendido.

O mesmo vale para quem não usa capacete, outro item obrigatório, assim como espelho retrovisor, farol e lanterna, entre outros.

A resolução diferencia ciclomotores de bicicletas elétricas e

autopropelidos, as patinetes elétricas essas não precisam de emplacamento ou habilitação.

A lei que entra em vigor na virada do ano define ciclomotor como veículo de duas ou três rodas cuja cilindrada não pode passar de 50 cm³, no caso dos equipados com motor a combustão, ou de elétricos com potência máxima de 4kW e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 km/h.

Para conduzir essas "cinqüentinhas", agora elétricas, é obrigatório ter ACC (Autorização para Conduzir Ciclomotor) ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria A assim, é proibido para menores de 18 anos.

No caso da bicicleta elétrica, ela precisa de propulsão humana, ou seja, ao contrário dos ciclomotores, deve ter pedal e não pode contar com acelerador.

O motor auxiliar elétrico tem potência limitada a 1.000 W, e a velocidade máxima com ele não pode ultrapassar 32 km/h.

Essas bikes podem ser dotadas de modo de assistência a pé, função que permite ao condutor ativar o motor elétrico sem pedalar, com um limite de velocidade

de até 6 km/h.

O usuário de bicicleta elétrica é autorizado a andar em ciclovias e ciclofaixas, ao contrário de piloto de ciclomotores —aliás, isso é proibido.

Municípios regulamentaram o uso. No caso da cidade de São Paulo, de acordo com a prefeitura, nas ciclovias e ciclofaixas, motor elétrico auxiliar pode ser acionado somente quando o condutor pedalar a bicicleta.

Ainda na capital paulista, as patinetes devem atingir velocidade máxima de 20 km/h e circular apenas em ciclovias, ciclofaixas e vias com limite de até 40 km/h, sendo proibido o uso por menores de 18 anos ou com passageiros.

## TEMPO DE ADAPTAÇÃO

A resolução concedeu mais de dois anos para condutores de ciclomotores se prepararem para as mudanças.

Também deu prazo para que os que já estavam nas ruas fossem regulamentadas à nova legislação junto aos Detrans (Departamento de Trânsito).

“Esse foi um prazo dado pela resolução para regularização de certos tipos de equipamentos que entraram no país sem passar por homologação”, afirma Adriano de Lima Catão, secretário Nacional de Trânsito.

A aprovação da resolução, entretanto, pouco influenciou na legalização dos ciclomotores. Conforme a própria Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito), o número de emplacamento desses veículos cresceu apenas 2% na comparação entre 2023 e 2024 passou de 2.667 para 2.725 unidades. No primeiro semestre deste ano foram 1.577.

No caso de São Paulo, a quantidade até caiu. De acordo com o Detran-SP, foram 1.299 emplacamentos em 2023 contra 1.068 no ano passado.

Não há estatísticas sobre a quantidade de scooters elétricos andando pelas ruas do país. Em 2023, a ABVE (Associação Bra-

sileira de Veículos Elétricos) estimou que existam no país cerca de 30 mil “citycocos”, outro apelido dado a esses veículos com rodas largas. A instituição, entretanto, deixou de fazer o levantamento, o que deve voltar com os emplacamentos.

Já o número de bikes elétricas é bem maior. Uma pesquisa da Aliança Bike (Associação Brasileira do Setor de Bicycles) mostrou, em agosto passado, que 212 mil novas unidades, incluindo autopropelidos, chegaram ao mercado, produzidos pela indústria nacional ou importados.

Por meio de Lei de Acesso à Informação, a Polícia Militar diz que uma diretoria do Detran suspendeu a fiscalização de ciclomotores no estado de São Paulo.

Em nota, o Departamento de Trânsito diz que a orientação técnica encaminhada às forças de segurança teve como objetivo padronizar a fiscalização em todo o estado durante o período de

adaptação estabelecido pela regulamentação federal, vigente até 31 de dezembro.

“O Detran-SP segue com as ações de orientação à população, preparando-a para o início da fiscalização integral a partir de janeiro de 2026”, afirma.

Mas, enquanto esteve em vigor, 40 desses ciclomotores acabaram apreendidos no ano passado, por circularem em ciclovias, por exemplo, contra apenas 1 de 2023. No primeiro semestre de 2025, foram 26 apreensões.

## FIQUE ATENTO

- De acordo com o artigo 57 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), ciclomotores não podem circular em vias de trânsito rápido ou em rodovias

- Devem trafegar sempre à direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista, quando não houver acostamento ou faixa própria. (Folhapress)

## Isolamento e falhas na atenção básica à saúde elevam tabagismo na Amazônia Legal

Por questões culturais, falta de acesso à informação em saúde e aos equipamentos de atenção primária, a incidência do tabagismo nos nove estados que compõem a Amazônia Legal é maior entre comunidades tradicionais do que no restante da população.

Enquanto 12% das pessoas dessas comunidades se declaram fumantes, o índice cai para 6% entre os demais moradores da região.

Os dados constam da pesquisa Mais Dados, Mais Saúde, realizada pelas organizações de saúde Vital Strategies e Umané, com apoio do instituto Devive. O levantamento se baseia em uma amostra de 4.037 pessoas, distribuídas por todos os estados da Amazônia Legal, entrevistadas entre maio e julho deste ano.

As comunidades tradicionais incluem, entre outros grupos, indígenas, seringueiros, quilombo-

las, ribeirinhos e extrativistas. De acordo com o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Amazônia Legal concentra cerca de 867.919 indígenas e 427.801 quilombolas, dois dos principais grupos tradicionalmente identificados no território.

A população total dos nove estados Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão é de 26,7 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

O levantamento também mostrou que 12,3% da população da Amazônia Legal relatam consumir álcool regularmente três ou mais vezes por semana. O percentual está bem acima da média brasileira, estimada em cerca de 3%, segundo pesquisa do Datafolha.

O tabagismo e o consumo de álcool são problemas que afetam comunidades tradicionais há décadas. Em 2002, o tema foi

debatido na 1ª Conferência Internacional sobre Consumo de Alcool e Redução de Danos, realizada em Recife. Em 2025, o podcast “Dois Mundos” da Folha mostrou que o problema continua presente em diferentes etnias da Amazônia.

Segundo a diretora-adjunta de Doenças Crônicas da Vital Strategies, Luciana Vasconcelos, a falta de informação em saúde é o principal entrave para a redução do tabagismo entre essas populações. Ela afirma que grande parte das comunidades tradicionais vive distante dos equipamentos de atenção primária, onde se concentram ações de prevenção e educação em saúde.

“Historicamente, a ausência de ações de comunicação que informem sobre riscos à saúde está associada a índices mais elevados de tabagismo. Quando o usuário não frequenta o sistema

de saúde, ele desconhece os impactos que determinados hábitos podem causar”, afirma.

A dificuldade de acesso também compromete o atendimento. Na prática, maior contato com serviços de saúde teria potencial para reduzir o consumo de tabaco entre populações tradicionais.

Em segundo plano aparecem os fatores culturais, segundo Gabriel Cortés, especialista técnico da Vital Strategies. “Além de ser utilizado em rituais tradicionais e religiosos, o tabaco também está associado a hábitos de trabalho e comportamento dessas populações. É comum, por exemplo, a imagem do seringueiro ou do pescador com o cigarro na boca”, diz.

Os dados indicam ainda que a prevalência do tabagismo é maior entre homens, que somam 12,8%, ante 4,6% das mulheres, considerando toda a população da Amazônia Legal. (Folhapress)

## Taxa de desemprego chega a 5,2%, a menor desde 2012

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em novembro ficou em 5,2%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se da menor taxa de desocupação desde 2012, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) Contínua.

Segundo o IBGE, de setembro a novembro, 5,6 milhões de pessoas estavam desempregadas, o menor número de desocupados já registrado pela pesquisa.

Ao longo da série histórica, o maior contingente de desocupados ocorreu no trimestre encerrado em março de 2021, auge da pandemia de covid-19, quando esse o indicador registrou 14,9 milhões de pessoas sem emprego formal.

A menor desocupação da série histórica foi também, de acordo com o IBGE, acompanhada por um novo recorde no número de pessoas ocupadas no país: 103,2 milhões.

O nível de ocupação, isto é, a proporção de pessoas com 14 anos ou mais de idade que estavam trabalhando, chegou ao maior percentual da série histórica da Pnad Contínua: 59,0%. (Agência Brasil)

